

Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais

Cecília Helena Florenzini de Salles Oliveira
Mestre em História Social pela USP

A emancipação política do Brasil tem sido estudada através dos mais variados pontos de vista e dentro de diversas perspectivas metodológicas e teóricas. A maior parte da documentação referente ao assunto foi manipulada e avaliada. No entanto, muitas das questões relativas a este tema permanecem sem resposta, principalmente aquelas que se vinculam ao universo social e ideológico específico desse momento histórico.

Um caminho enriquecedor, no sentido de uma compreensão mais profunda da complexa trama de relações sociais e políticas que engendrou a independência, pode estar na análise de um tipo muito peculiar de documentação: os jornais e os folhetos que circularam na cidade do Rio de Janeiro e nos principais núcleos urbanos do país, entre 1820 e 1822 (1).

(1) — A diferença básica entre jornais e folhetos consiste em que os jornais apresentam periodicidade e encadeamento de assuntos, enquanto os folhetos, também chamados “folhas volantes” ou “notícias avulsas”, são publicações esparsas e esporádicas, restringindo-se a comentar um acontecimento específico. Ver: Tengarrinha, José, “Imprensa”, *Dicionário de História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, v. II, pp. 470-497.

A proposta deste artigo é a de abordar os possíveis significados da presença e da proliferação dos folhetos, produzidos no Brasil e em Portugal, na época da independência, discutindo a representatividade do folheto enquanto expressão de sujeitos políticos historicamente determinados.

Apesar de existirem trabalhos dedicados ao estudo da imprensa periódica nas primeiras décadas do século XIX (2), são reduzidas as referências aos folhetos nas obras que compõem a historiografia da independência.

A ausência de análises sistemáticas a respeito deste vasto conjunto de textos políticos vincula-se ao privilégio conferido, pela maior parte dos historiadores, tanto à documentação de caráter oficial quanto à atuação de determinados personagens que teriam sido os catalisadores do movimento emancipacionista.

No meu ponto de vista, os jornais e as publicações avulsas podem oferecer elementos reveladores a respeito da luta política e dos agentes sociais envolvidos no processo de emancipação, ao mesmo tempo em que possibilitam o questionamento das razões pelas quais ocorreu, no interior da historiografia, a cristalização de interpretações personalistas sobre a independência.

Obra circunstancial e polêmica, o folheto, assim como o periódico, vive *na* e *da* dinâmica dos acontecimentos. Por isso, ao mesmo tempo em que se revela como forma de expressão de grupos sociais, atua no sentido de transformar os indivíduos em sujeitos, construindo a realidade e sendo construído por ela.

Relatando ou comentando determinados fatos e seus resultados imediatos, suscitando a discussão de posições políticas antagônicas, os folhetos expressam diferentes interpretações dos agentes sociais sobre o real. Este intenso debate de idéias e opiniões e a coexistência de posturas políticas divergentes sugerem a presença de conflitos entre segmentos sociais que — por se posicionarem diferentemente diante da produção e reprodução

(2) — Sobre este assunto, ver: Rizzini, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1946; Sodré, Nelson Werneck, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Linguagem, cultura e sociedade (o Rio de Janeiro de 1808 a 1821)*, São Paulo, USP, 1973, 2 v. (mimeo.); Silva, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*, São Paulo, Cultrix/IUL, 1978; Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa. *Antologia do Correio Brasiliense*, Rio de Janeiro, Cátedra/INL, 1977; Prado Jr., Caio. *O Tamoio e a política dos Andradas na independência do Brasil*, In: *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1969; Contier, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822/1842)*, Petrópolis, Vozes, 1979.

das condições materiais da vida — defendiam práticas políticas específicas.

A proliferação dos folhetos ocorre em meio às tensões e às expectativas provocadas pelas possíveis mudanças que a chamada revolução de 1820, em Portugal, poderia encaminhar. Em decorrência disso, o debate político que se estabelece gira em torno de elementos como: aquilo que se imagina ser a revolução de 1820; aquilo que se espera ser a revolução; aquilo que as autoridades governamentais informavam a respeito dos acontecimentos e aquilo que as publicações portuguesas relatavam sobre o assunto.

Diante desse quadro, reconstituir a trama histórica implica um imenso trabalho de reflexão, pois o historiador tem, diante dele, fragmentos que não espelham nem refletem o real, mas não engendrados por ele, na medida em que expressam o pensar, o agir e o sentir de homem envolvidos no próprio processo de construção da História.

Nesse sentido, é importante observar as maneiras divergentes pelas quais os acontecimentos de 1820 foram retratados nos folhetos. Raramente, por exemplo, a palavra “revolução” foi utilizada para designar aquele movimento. A designação surge até mesmo em textos contra-revolucionários, que procuram vincular o movimento a um processo de radicalização de posições políticas com vistas a atingir as bases de sustentação da sociedade do Antigo Regime. Nesta interpretação, a “revolução” em Portugal objetiva a destruição do poder real e a subversão da “ordem” que sustenta esse poder (3).

O contraponto desta interpretação encontra-se, justamente, nos textos que procuravam mobilizar os segmentos sociais do Reino Unido em torno da consecução das propostas “liberais” do movimento (4). Neste caso, objetiva-se negar a natureza revolucionária dos eventos, dissociando-os de todas as imagens que pudessem lembrar a Revolução Francesa, especialmente o momento do “terror”.

(3) — Refiro-me especialmente ao folheto *Le roi et la famille royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances présentes retourner en Portugal ou bien rester au Brésil?* Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1821. Encontra-se publicado no livro *O debate político no processo de independência*, Introdução de Raimundo Faoro, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

(4) — As considerações apresentadas baseiam-se, em grande parte, na pesquisa que originou minha dissertação de mestrado, *O disfarce do anonimato*, defendido em 1979, na Universidade de São Paulo. Para a elaboração deste artigo, centralizei as atenções especificamente sobre os seguintes folhetos: *Carta do Compadre de Belém ao redator do Astro da Lusitânia, dada a luz pelo Compadre de Lisboa*, Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1820; *Carta do Compadre de Lisboa, em resposta a outra do Compadre de Belém ou Juízo crítico sobre a opinião pública dirigida pelo Astro da Lusitânia*. Impresso em Lisboa, este folheto foi

Assim, os acontecimentos de 1820 aparecem nas interpretações de seus defensores como: “regeneração”, “reforma”, “nova ordem”. Rompe-se com o passado, mas apenas com uma parte dele, na medida em que ficaram preservadas a estrutura monárquica, a religião católica e a “ordem”. A proposta regeneradora exclui a subversão das hierarquias sociais e enfatiza a retomada de direitos antigos, tais como: a convocação das Cortes e a instauração não só da igualdade jurídica mas também de práticas políticas negadoras do arbítrio e do “favor”.

O movimento, na linguagem de seus defensores, não decorreu nem da violência de um conflito armado (apesar da participação dos militares enquanto “mediadores”) nem da sublevação tempestuosa das camadas oprimidas. Foi obra de homens ilustrados e, portanto, detentores do saber e do poder, que nem nome da “nação” se propunham a reformá-la.

Sobre este pano de fundo, que encobre os conflitos sociais e a luta política, é que se estabelecem as divergências quanto ao encaminhamento a ser dado às “reformas”.

Longe de ser a simples manifestação de uma opinião pessoal “descompromissada” a respeito dos fatos, o folheto pretende explicar o momento social e político, expressando a posição de setores sociais específicos. Enquanto instrumento formador de opiniões e agente de mobilização política, faz uso dos mais variados artifícios de retórica para transformar o particular em universal como se fosse o porta-voz da sociedade em seu conjunto e como se as possíveis mudanças geradas pela Revolução de 1820 atingissem os diferentes setores sociais da mesma maneira e com igual magnitude.

As relações entre a produção dos folhetos e as manifestações do pensamento e da ação de segmentos sociais empenhados na divulgação de informações e de modos peculiares de interpretação podem ser melhor explicitadas através de dois elementos: os mecanismos de publicação e o anonimato.

Muitos dos folhetos produzidos no Brasil foram publicados com o apoio da Imprensa Régia, o que pode indicar a atuação de elementos pertencentes aos núcleos da decisão política, estabelecidos no Rio de Janeiro, no sentido da manipulação de fatos e idéias. É, provavelmente, o

reimpresso no Rio de Janeiro, em 1821, pela Tipografia Real; *Justa retribuição dada ao Compadre de Lisboa, em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belém, pelo filho do Compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos meus patrícios*. 2ª edição, correta e aumentada, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1822; *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve, ao Sacristão de Carahí, o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Impressão Nacional, 1821.

caso da brochura *Le roi et la famille royale de Bragançe doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal ou bien rester au Brésil?*

Este folheto contra-revolucionário, que provocou a agitação daqueles que apoiavam o movimento de 1820, defendia a permanência da família real no Brasil, aproximando-se da opinião de Tomás Antonio Vila Nova Portugal, ministro de D. João. Em razão disso, levantou-se a suspeita de que a iniciativa da redação e da publicação do opúsculo partira de pessoas, ligadas à alta administração, contrárias aos rumos dos acontecimentos (5). As repercussões causadas pelo folheto foram de tal grau que, segundo um contemporâneo (6), parte da edição foi apreendida por ordem do próprio ministério.

Há casos, todavia, em que o folheto era impresso em tipografias particulares. Quando isto ocorria, geralmente o autor, ou o interessado na publicação do texto, recorria às subscrições, prática usada também para custear a divulgação de periódicos. Assim, um determinado número de pessoas contribuía financeiramente para cobrir o montante da impressão de uma obra, cujo conteúdo era anunciado previamente.

Ora, isto significa que havia interesse na veiculação do conteúdo do texto. O autor devia ser alguém suficientemente conhecido e respeitado ou, no mínimo, pessoa influente para conseguir, por antecipação, a quantia necessária para custear a edição. É viável, também, a hipótese da “encomenda” de textos. Ou seja: determinados grupos poderiam custear a edição de obras, especialmente elaboradas, para divulgar aquilo que lhes interessava. Mesmo porque, um dos elementos mais característicos do folheto é o anonimato.

Tanto no caso de folhetos quanto no de periódicos, os autores procuram esconder não só seu nome, mas as possíveis vinculações sociais e políticas que os envolviam. De tal forma que, até mesmo na escolha de pseudônimos, pretende-se dar a aparência de que não há envolvimento pessoal.

(5) — Sobre a problemática que envolveu este folheto há informações interessantes em: Varnhagen, Francisco Adolfo. *História da Independência do Brasil*, 3ª edição. São Paulo, Melhoramentos, 1957; Monteiro, Tobias. *História do Império*. A elaboração da Independência, Rio de Janeiro, Briguiet, 1927, Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil: 1808-1821* 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945; Silva, Maria Beatriz Nizza da. *A repercussão da Revolução de 1820 no Brasil*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1979.

(6) — *Relação dos acontecimentos do sempre memorável e glorioso dia 26 de fevereiro de 1821 nesta cidade e Corte do Rio de Janeiro e de algumas circunstâncias que os precederam e produziram* (Brochura anônima), Bahia, Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, 1821.

Além da presença, na cena política, dos “compadres” de Belém, de Lisboa, do Rio de Janeiro, há denominação como: “Impostor Verdadeiro”, “Estudante Constitucional”, “Portuense Imparcial”, “Amigo da Razão”, “Fiel à Nação” e uma infinidade de outras que enfatizam, simultaneamente e contraditoriamente, o engajamento do autor com a coletividade à qual pertence e a viabilidade de um discurso objetivo, “verdadeiro” porque parece confundir-se com o real.

Por outro lado, o anonimato permite a participação política sem implicar sanções diretas e sem comprometer a posição social do autor ou suas eventuais ligações com pessoas de prestígio, seja pelo fato de desfrutarem uma determinada condição econômica seja por ocuparem cargos administrativos importantes. Mais ainda: a presença da censura prévia ao lado das relações de dominação pessoal e de “favor”, se constitui igualmente em elemento explicativo do anonimato. É sabido que o estabelecimento da Imprensa Régia na cidade do Rio de Janeiro em 1808 não representou a possibilidade da livre circulação de escritos. Juntamente com a imprensa, foi organizada uma Comissão de Censura destinada a avaliar os textos que a Tipografia Real poderia publicar. Além disto, o ministério tratou de colocar em vigor uma série de editais, a serem cumpridos pelo Intendente de Polícia, objetivando impedir a entrada na Corte de obras portuguesas ou estrangeiras não-desejáveis.

Entre 1808 e 1821, a produção de livros e folhetos no Rio de Janeiro dependeu basicamente da Imprensa Régia. Apenas em 1821 foram abertas tipografias particulares e este fato encontra-se diretamente vinculado às decisões tomadas pelas Cortes de Lisboa a respeito da supressão da censura prévia e da liberdade de imprensa.

Evidentemente, a promulgação destas medidas não significou sua aplicação efetiva. Assim, apesar da Tipografia Régia estar, aparentemente, em condição de divulgar toda a sorte de escritos sem a presença arbitrária dos censores, tudo leva a supor que isto não ocorreu, fundamentalmente por duas razões.

De um lado, quando foi divulgada a lei que regulava a liberdade de imprensa (junho/1981), a cidade do Rio de Janeiro vivia um clima de intensa agitação. A partida de D. João VI, a instabilidade que cercava a Regência, os pronunciamentos das tropas portuguesas aquarteladas na cidade eram fatores denotativos de tensões acentuadas, marcadas pela presença de posturas políticas divergentes e pelo temor das classes proprietárias diante das “agitações populares”.

De outro lado, a lei proposta pelas Cortes determinava que os abusos da liberdade de imprensa (escritos insultuosos às autoridades civis e eclesiásticas, textos contra os costumes estabelecidos, textos provocadores da

subversão da ordem “constitucional” e dos direitos dos “cidadãos”) seriam da responsabilidade do autor e, no caso de obras anônimas, o impressor é que deveria responder, na justiça, pelo eventual delito cometido.

Diante dessas circunstâncias, pode-se inferir que ao governo da Regência não deveria ser interessante a proliferação, através da Tipografia Régia, de escritos que de alguma forma pudessem agravar a própria instabilidade política da Corte. Ao contrário, sua inclinação era a de viabilizar a circulação de uma mensagem conciliadora, ao mesmo tempo em que mantinha a *Gazeta do Rio de Janeiro* como veículo de divulgação das medidas governamentais, sem prescindir de uma seleção prévia das notícias, mecanismo esse denunciado pela imprensa periódica não-oficial (*A Malagueta*).

Além disso, a supressão da censura prévia não significou a eliminação das práticas autoritárias e do arbítrio na medida em que, dependendo do momento político e dos elementos responsáveis pela observância da lei de imprensa, a interpretação daquilo que seria ou não abuso de liberdade poderia variar ao sabor dos ventos.

O anonimato apresenta ainda outras peculiaridades. Confere ao discurso um caráter despersonalizado de modo a aparentar frieza e imparcialidade. Estando oculto o autor, opera-se uma dissociação entre as idéias e quem as formulou. Fica suprimida, ainda que pretensamente, a subjetividade, conferindo uma ilusória transparência às asserções defendidas. O anonimato instaura igualmente um discurso totalitário na medida em que é unidirecional. Não reserva espaço para debates, dúvidas ou questionamentos. Salvo num único caso: quando se repõe o discurso totalitário, constituindo-se um novo texto, que, acobertado pelo anonimato, reproduz o mecanismo do autoritarismo “iluminado”. É importante analisar o que disso decorre. De um lado, aquele que fala emite conceitos e julgamentos em nome da “verdade” dos fatos como se fosse um observador que, distante dos “preconceitos” e das “paixões”, poderia elaborar a versão *definitiva* a respeito da realidade. Ou seja, o observador anônimo e “desinteressado” assume a postura do “sábio” que, por suas capacidades, tem o poder de divulgar as “luzes” para um público que “não sabe” e que deve ser preparado e instruído para participar do momento vivido, já que se supõe que esse público ou está com sua consciência adormecida e, neste caso, carente de uma “revelação” ou é considerado incapaz de formular, por si, uma interpretação consistente dos fatos.

Por outro lado, na medida em que idéias e autor não se identificam, as idéias adquirem vida própria, libertando-se de sua origem e das determinações históricas que as engendraram, podendo ser discutidas, veiculadas, interpretadas como se existissem por si mesmas, como se brotassem naturalmente do real e com ele se confundissem.

Deve-se levar em conta, também, que o objetivo do folheto era o de atingir não só os setores sociais letrados. Pretendia-se, através da divulgação verbal desses escritos, mobilizar aquelas parcelas da população, principalmente urbana, que, por condições financeiras ou por não serem letradas, se encontravam, até então, marginalizadas do debate político.

O processo através do qual se fazia a divulgação verbal dos folhetos, poderia ocorrer, ocasional ou deliberadamente, em pontos de encontro ou locais de grande afluência e circulação de pessoas, tais como: boticários, botequins, centros de comércio (como a rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro), mercados, etc.

Não é demais observar que a proliferação dos folhetos e dos periódicos verifica-se paralelamente, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, à eclosão de movimentações de rua (7) — chamadas “ajustamentos” ou “motins” pelos contemporâneos — que, apesar de não terem merecido ainda uma análise profunda, podem ser indicativas das pressões sociais exercidas por determinadas camadas que viam na Revolução de 1820 a possível efetivação de alterações significativas em termos da distribuição do poder político, principalmente com relação ao eventual exercício do voto e à escolha dos representantes junto às Cortes reunidas em Lisboa (8).

(7) — Refiro-me, especialmente, aos acontecimentos verificados no Rio de Janeiro em 26/2/1821 — quando um movimento, aparentemente, liderado por militares portugueses impôs o juramento prévio do rei à constituição a ser elaborada pelas Cortes e alterações na composição do ministério; em 21/4/1821 — quando ocorreu a manifestação conhecida pelo nome de “motim” da Praça do Comércio que envolveu os eleitores dos deputados às Cortes de Lisboa e que foi reprimida violentamente pelas tropas portuguesas por ordem do governo; e em 5/6/1821 — quando se verificou movimentação das tropas portuguesas a favor de juramento das bases da Constituição promulgadas pelas Cortes. Sobre o assunto ver: Varnhagen, Francisco Adolfo, *op. cit.*; Lima, Manuel de Oliveira, *O movimento da independência 1821-1822*. 4ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1962; Monteiro, Tobias, *op. cit.*, Costa, Emília Viotti da, Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil, in: Mota, Carlos Guilherme (org.), *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1968.

(8) — De acordo com as *Instruções* para a eleição dos deputados às Cortes, datadas de 7/3/1821, estipulava-se que todos os cidadãos — homens, maiores de 21 anos, domiciliados em qualquer povoação, exercendo algum emprego, ofício ou ocupação útil poderiam participar das juntas eleitorais das freguesias, responsáveis pela escolha dos “compromissários” que indicariam o eleitor paroquial. O conjunto de eleitores paroquiais indicaria o eleitor da comarca. Os eleitores das comarcas comporiam as juntas eleitorais da província que indicariam os deputados. Para um cidadão se tornar eleitor paroquial, eleitor de comarca ou deputado, a única exigência era ser maior de 25 anos. Apesar do art. 92 das *Instruções* prever a necessidade do deputado possuir renda anual proporcional proveniente de bens próprios, este artigo estava suspenso porque as Cortes não haviam fixado, até aquela data, a cota de renda e a qualidade dos bens a serem exigidos. Ver: *Coleção das leis do Brasil (1821-1822)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

É difícil delinear a composição dessas camadas urbanas. Os folhetos se referem a elas através de expressões como “povo”, “classes médias”. Trata-se de um contingente muito diversificado abrangendo a “caixeirada” portuguesa, empregados do comércio; os libertos, dedicados aos ofícios artesanais; os homens livres, brancos ou mestiços, vinculados à produção de subsistência, à circulação e ao transporte de mercadorias, bem como à prestação de serviços. Provavelmente, seriam não-proprietários e por sua condição econômica e social se oporiam aos grandes proprietários de engenhos e fazendas de café, aos negociantes e, até mesmo, aos elementos pertencentes à burocracia dos altos escalões (9).

Deve ficar claro, no entanto, que estas colocações se mantêm no nível das hipóteses, tendo em vista a necessidade de se fazer o mapeamento da organização da produção econômica da cidade e da província do Rio de Janeiro, no início do século XIX, para efetivamente conhecer-se a maneira como se constituíam as relações econômicas e as relações sociais.

Além disso, há um outro problema. Os folhetos, pelo menos aqueles que analisei, se dirigem a estas camadas com o sentido muito preciso de tentar impor determinados parâmetros à mobilização política. Defendia-se a participação política, mas nem todas as formas de participação eram desejáveis para os publicistas que, certamente, não expressavam as aspirações das chamadas “classes médias” ou do “povo”.

O temor da rebeldia dos negros escravos, de “agitações populares”, o medo da “anarquia” e da desintegração da “ordem social” são elementos presentes, e de forma constante, nessas publicações.

Ora, o temor de agitações sociais e a insegurança diante da ocorrência de movimentos armados de escravos rebeldes, podem integrar o universo de representações de camadas proprietárias que se recusariam a aceitar a desorganização da produção, com a perda de capitais e da mão-

(9) — Sobre a sociedade fluminense no período da independência, ver: Falcon, F. C. e Mattos, I. R. “O processo de independência no Rio de Janeiro, In: Mota, Carlos Guilherme, (org.), 1822: *Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 292-339; Faoro, Raimundo, *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre, Globo/USP, 1972, 1º v. Lenharo, Alcyr, *As tropas da moderação*. São Paulo, E. Símbolo, 1979; Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, 9ª ed., São Paulo, E. Brasiliense, 1969; Gorenstein, Riva. *O enraizamento de interesses comerciais portugueses no Centro-Sul — 1808-1822*, São Paulo, USP, 1978 (mimeo.); Martinho, Lenira Menezes, *Organização do trabalho e relações sociais no interior das firmas comerciais do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX*. São Paulo, USP, 1977 (mimeo.). Dados significativos sobre a movimentação social na época podem ser encontrados ainda nos relatos dos viajantes, especialmente em: Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, Ed. USP, 1975; Spix e Martius. *Viagem pelo Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, Ed. USP, 1981.

de-obra escrava. A esse respeito, contudo, convém indagar se, de fato, esses temores faziam parte do modo de pensar e de agir dos não-proprietários ou tratava-se de uma interpretação dos autores dos folhetos *sobre* aquilo que desejavam fosse a maneira de pensar e agir dos não-proprietários.

Parece-me que, a ênfase conferida aos “perigos” que as agitações sociais poderiam provocar, vincula-se à proposta dos folhetos de, deliberadamente, conduzir a mobilização política para caminhos circunscritos a determinados limites.

Nos folhetos tentava-se mostrar que a origem dos conflitos e das desigualdades localizava-se na forma de governo e na maneira pela qual os “áulicos” e “ministros corruptos” dirigiam a administração do Reino Unido. Dessa forma, a Revolução de 1820 aparecia como a “regeneração” de uma harmonia que havia sido perdida pela presença de um “despótico governo”. Regenerar significava a emergência de um novo “pacto social” entre governados (“povo”) e governante (rei), expresso pela manifestação da “vontade” de todos os “portugueses” no sentido de instituir um governo representativo e constitucional.

Partindo dessa problemática, cada um dos folhetos propõe-se a apreenatr soluções diferentes e divergentes sobre o encaminhamento a ser dado às relações luso-brasileiras. A discussão situa-se no nível de temas como: a adesão dos “portugueses” do Brasil aos princípios constitucionais defendidos pelos “portugueses” da Europa; a tendência recolonizadora da política das Cortes em relação ao Brasil; a viabilidade de uma monarquia dual; a possibilidade ou não de haver uma separação entre os dois Reinos.

Entretanto, a argumentação, independentemente da posição assumida pelo autor frente a esses temas, se baseia na asserção de que o Brasil era um conjunto organicamente constituído como se as diferenças sócio-econômicas entre as províncias e as desigualdades sociais não existissem. Além disso, deve-se entender que este suposto “conjunto organicamente constituído” incluía apenas os homens livres, pois na concepção desses publicistas os escravos e os indígenas não faziam parte da “sociedade civil”. Os escravos são vistos como força de trabalho e os indígenas, como seres não-civilizados e, portanto, inaptos para o exercício da cidadania.

Na medida em que os conflitos e as divisões sociais internas são aplainadas, o núcleo do debate se desloca para os pontos comuns e para as divergências existentes entre os dois Reinos. Os polos da discussão passam a ser os pseudos interesses dos “brasileiros” (ou “portugueses do Brasil”) e dos “portugueses da Europa” (identificados com as Cortes), reduzindo-se a complexa relação das camadas sociais aos atritos entre a antiga metrópole e a nova Corte.

E não se deve pensar que apenas escritos formulados no Brasil usassem a oposição “brasileiros-portugueses” para justificar posições enrijadas no movimento separatista.

Este mesmo tipo de colocação aparece em um texto português, publicado em 1821, intitulado *Carta do Compadre de Lisboa* que, ao defender o retorno da família real para a Europa, traçou um panorama do Brasil nos seguintes termos: “... O Brasil está hoje reduzido a umas poucas hordas de negrinhos, pescados nas Costas da África... terra dos macacos, dos pretos e das serpentes...” (10). Evidentemente, o autor opôs a esse quadro a imagem de Portugal enquanto país de brancos e civilizados.

Neste caso, não se trata apenas de evidenciar as diferenças entre o colonizador e o colonizado, mas de formular as divergências de tal maneira a provocar uma reação, e violenta, da parte de quem foi atingido pelos adjetivos usados. Ora, fica claro que o autor do folheto não utilizou essas palavras apenas com o objetivo de mostrar a superioridade de Portugal no tocante a ser a sede da monarquia lusitana. Sua preocupação é a de enfatizar uma cisão irreconciliável entre grupos econômicos para quem a separação entre Brasil e Portugal seria o caminho mais viável.

Com isto, percebe-se que a ruptura que gerou a independência não partiu exclusivamente dos “brasileiros insultados” pelas medidas recolonizadoras das Cortes de Lisboa. Um tipo de pensamento baseado na homogeneidade dos setores sociais envolvidos na Revolução de 1820 levaria a entender também a emancipação como fruto da “unidade” dos “brasileiros” na preservação das prerrogativas adquiridas no período joanino.

A oposição “metrópole-colônia”, bem como o antagonismo “portugueses-brasileiros” são formas utilizadas pelos contemporâneos para descrever, explicar e justificar a ocorrência dos eventos. Porém, estas antinomias são as aparências de contradições profundas, engendradas pelas transformações verificadas no interior das sociedades colonial e metropolitana.

(10) — *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém ou Juízo crítico sobre a opinião pública dirigida pelo Astro da Lusitânia*. Reimpresso no Rio de Janeiro, Tipografia Real, 1821, pp. 15-16.